
Geografia, Gênero e Trabalho: A luta das Mulheres Camponesas da Amabela frente ao agronegócio sojeiro na Amazônia Oriental



Geografía, Género y Trabajo: La lucha de las Mujeres Campesinas de Amabela contra el agronegocio de la soja en la Amazonía Oriental

 **Milena Sanche de Sousa**

Universidade Federal de Rondônia, Brasil
milena.sanche@gmail.com

 **Francilene Sales da Conceição**

Universidade do Estado do Amazonas, Brasil
lenesalesgeo@hotmail.com

 **Maria das Graças Silva Nascimento Silva**

Universidade Federal de Rondônia, Brasil
mgsnsilva@unir.br

Revista Presença Geográfica

vol. 11, núm. 2, 2024

Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil

ISSN-E: 2446-6646

Periodicidade: Frecuencia continua

rpgeo@unir.br

Recepção: 25 Maio 2024

Aprovação: 24 Julho 2024

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/274/2744935008/>

Resumo: As mulheres camponesas têm se organizado em movimentos de luta, (Re)existência territorial, estratégia de enfrentamento à estrutura patriarcal e sexista frente ao modelo hegemônico de produção capitalista. Neste sentido, o estudo em questão tem como objetivo compreender a relações de gênero e trabalho e as estratégias de lutas e (re)existências da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do município de Belterra (AMABELA) frente ao agronegócio sojeiro no oeste do estado do Pará. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa de caráter descritivo-exploratório, em que foram realizadas revisões bibliográficas, pesquisas documentais e pesquisa de campo com dois trabalhos de campo. O primeiro foi realizado no dia 17 de janeiro de 2019, onde foram entrevistadas três trabalhadoras rurais da Amabela, na feira agroecológica da Ufopa – Unidade Amazônia (Campus Santarém) e o segundo aconteceu no dia 05 de fevereiro de 2019, no formato de uma roda de conversa com membras da associação (vice-presidente, tesoureira e três mulheres da Amabela). A criação da Amabela surgiu para denunciar as opressões patriarcais das mulheres trabalhadoras rurais no espaço doméstico e (re)produtivo, pois a territorialização do agronegócio nega a autonomia, o protagonismo do trabalho das mulheres camponesas e a importância do trabalho feminino da Amabela, uma estratégia de recriação espacial, territorial e cultural no espaço agrário amazônico.

Palavras-chave: Geografia Agrária, Gênero, Trabalho, Mulheres Camponesas, Belterra-Pa, Amabela.

Resumen: Las mujeres campesinas se han organizado en movimientos de lucha, de (Re)existencia territorial, una estrategia para enfrentar la estructura patriarcal y sexista frente al modelo hegemónico de producción capitalista. En este sentido, el estudio en cuestión pretende comprender las relaciones de género y de trabajo y las estrategias de lucha y (re)existencia de la Asociación de Trabajadoras Rurales del municipio de Belterra (AMABELA) frente al agronegocio

sojero en el occidente de el estado de Pará La investigación tiene un enfoque cualitativo de carácter descriptivo-exploratorio, en la que se realizaron revisiones bibliográficas, investigación documental e investigación de campo con dos trabajos de campo. La primera tuvo lugar el 17 de enero de 2019, donde fueron entrevistados tres trabajadores rurales de Amabela, en la feria agroecológica Ufopa – Unidad Amazonia (Campus Santarém) y la segunda tuvo lugar el 5 de febrero de 2019, en formato de conversación circular con miembros de la asociación (vicepresidenta, tesorera y tres mujeres de Amabela). La creación de Amabela surgió para denunciar las opresiones patriarcales de las trabajadoras rurales en el espacio doméstico y (re)productivo, ya que la territorialización del agronegocio niega la autonomía, el protagonismo del trabajo de las campesinas y la importancia del trabajo femenino de Amabela, una estrategia de recreación espacial, territorial y cultural en el espacio agrario amazónico.

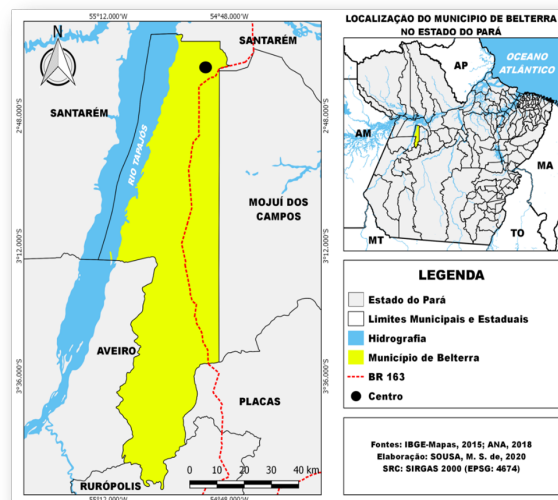
Palabras clave: Geografía Agraria, Género, Trabajar, Mujeres Campesinas, Belterra-Pa, Amabela.

INTRODUÇÃO

Após muitos anos de luta das mulheres camponesas, o seu reconhecimento como trabalhadoras rurais se deu somente a partir da Constituição de 1988. Muitos direitos das mulheres rurais foram conquistados por conta das lutas dos Movimentos de Mulheres Camponesas (MMC), que além de questionar os dispositivos de dominação masculina, lutam por direitos humanos, em defesa de seus territórios, e por formas de produção sadia, autônoma, poliprodutiva e agroecológica que se contrapõem ao modelo de produção da agricultura capitalista, baseada na monocultura, espacialização de *commodities* e elevado uso de insumos e agrotóxicos.

A organização de mulheres camponesas que tem se destacado como um movimento de luta, forma de (re)xistência territorial, estratégia de enfrentamento à estrutura patriarcal e sexista presente na região do oeste do Pará frente ao modelo hegemônico de produção capitalista é a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Belterra–Amabela^[1]. Esse movimento protagonizado por mulheres camponesas nasceu no dia 16 de maio de 2015, no município de Belterra, oeste do estado do Pará, microrregião de Santarém e mesorregião do Baixo Amazonas (Figura 01).

FIGURA 1
Localização do município de Belterra-PA



Fonte: SOUSA, 2023.

Outrora, os modos de vida das populações do município de Belterra, antes distrito de Santarém, estavam voltados para o trabalho estritamente ribeirinho e extrativo, fundamentado espacialmente e territorialmente no uso da Terra, Água e Floresta (Conceição, 2017; 2021; 2023). Por volta de 1930, a localidade passou a viver uma nova fase de ocupação do território, pois o grande cultivo e a grande procura por seringueiras, a exploração do látex e a expansão do comércio da borracha acarretaram na implantação desse cultivo na Amazônia, o projeto do Norte Americano Henry Ford, que estagnou em 1945.

Uma nova expansão de fronteira do capital iniciou-se a partir dos anos de 1960. Com a abertura de estradas (rodovia Transamazônica, Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém), a ocupação passou a ser por meio das estradas, acarretando na expropriação do campesinato belterrense. A partir de 1990, a chegada do agronegócio transformou o modo de vida das trabalhadoras camponesas e trabalhadores camponeses da região de Belterra do Tapajós, em virtude da territorialização do capital ter implementado sua lógica contraditória e desigual, tendo em vista que, a expansão da produção agrícola (*commodities*) materializou a compra de terras, expandiu a utilização de agrotóxicos borrifados nas plantações agrícolas das grandes propriedades rurais, expropriou o campesinato e especializou os conflitos agrários.

A territorialização do capital, por meio do agronegócio, promoveu contradições territoriais e mudanças paisagísticas bastante visíveis no espaço agrário e territorial de Belterra, sobretudo, nos modos de vida das agricultoras e dos agricultores, caracterizados como poliprodutores^[2].

Conforme Haesbaert (2014), o paradigma territorial hegemônico vê o espaço apenas como uma mera extensão que precisa ser explorado, em que se apropria dos recursos naturais e se volta para uma economia cujo modelo é extrativo-agro-exportador. A expansão das relações capitalistas de produção no campo reproduz desigualdades socioterritoriais, exclusão social e invisibiliza, por meio de sua lógica da negação, a classe social do campesinato. Em virtude de as mulheres trabalhadoras rurais sofrerem as pressões territoriais do agronegócio, dar-se-á visibilidade para o protagonismo e as lutas sociais das mulheres camponesas amazônidas, sobretudo, as do município de Belterra, região do Tapajós.

Em Belterra havia a necessidade da criação de uma associação apenas de mulheres agricultoras dentro do município, tendo em vista que, também participavam do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra (STTRB), mas não as percebiam e nem a consideravam como agricultoras. Portanto, o trabalho feminino na agricultura camponesa e a participação/representação política na associação eram invisibilizados, subjugados e inferiorizados. Ao contrário dos homens, em que o trabalho na agricultura e no extrativismo, na perspectiva patriarcal, significa sinônimo de “força” e “poder” na unidade familiar e produtiva, onde as mulheres camponesas devem ser relegadas à submissão, servir seus companheiros e ser a “cuidadora” da família e do lar.

Suas pautas e demandas socioespaciais eram rejeitadas, ocultadas e até mesmo silenciadas em virtude das ações da “superioridade masculina”. De acordo com Nascimento Silva (2016), essas práticas reproduzem desigualdades de gênero, visto que, não há um melhoramento das relações das mulheres com as instituições mistas. Mesmo sendo a maioria nas reuniões, suas pautas são secundarizadas e as políticas públicas não são aplicadas efetivamente, desconsiderando sua representação e importância política no associativismo, em virtude de serem mulheres.

Desta maneira, as trabalhadoras rurais sofrem violências cotidianas expressadas no machismo e no preconceito diário (Paula, 2020). As mulheres que estão no campo vivem múltiplas facetas, logo, enfrentam vários tipos de violências e o patriarcado continua sendo reproduzido e legitimado através da opressão e exploração das mulheres do campo, pois a agricultura familiar é organizada a partir do sistema patriarcal (Lorenzoni, 2007).

A criação da Amabela visou, também, começar a denunciar as formas de opressões patriarcais vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras no espaço doméstico e (re)produtivo. Além do mais, as imposições contraditórias engendradas pelo agronegócio, que também nega a autonomia e o protagonismo do trabalho das mulheres trabalhadoras rurais, configura-se como um processo desigual e combinado que deslegitima a importância no trabalho feminino das mulheres camponesas como uma estratégia de recriação espacial, territorial e cultural no espaço agrário.

As trabalhadoras rurais da Amabela sempre trabalharam nos seus quintais produtivos (Sousa, 2019; 2023), por meio da agroecologia e de práticas agroextrativistas que se cristaliza nos territórios da terra, água e floresta. Portanto, nas famílias das associadas da Amabela, desenvolve-se a agricultura camponesa que garante a reprodução social nos territórios. Dentre as práticas espaciais/territoriais desenvolvidas pelas mulheres trabalhadoras, estão o extrativismo vegetal e animal e a criação de pequenos animais, em que grande parte do que é produzido é para a subsistência da família, e a outra parte é destinada à comercialização, ou seja, vendas dos seus produtos em escala local/regional que contribui com a renda familiar.

METODOLOGIA

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa de caráter descritivo-exploratório, para a qual, os caminhos percorridos possibilitaram melhor compreensão acerca dos contextos em que as mulheres camponesas da Amabela têm vivenciado. Neste sentido, foram realizadas revisões bibliográficas, por meio do aprofundamento teórico-metodológico em livros, artigos, revistas, *sites* e pesquisas documentais sobre o debate de gênero em geografia e a geografia agrária.

O trabalho de campo se configurou como um processo de experimentação e prática científica para melhor conhecer e experienciar o fenômeno em estudo. Foram realizados dois trabalhos de campo com as mulheres camponesas da Amabela. Assim, como instrumento de coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (perguntas abertas e fechadas) com a utilização de um formulário sequenciado de um roteiro de perguntas. Os temas levantados se referiam aos dados pessoais das entrevistadas, o contexto histórico-geográfico da associação, os trabalhos desenvolvidos pelas agricultoras e as estratégias de lutas e resistências das mulheres camponesas da Amabela.

O primeiro trabalho de campo foi realizado no dia 17 de janeiro de 2019, onde foram entrevistadas três trabalhadoras rurais da Amabela, na feira agroecológica Ufopa – Unidade Amazônia (Campus Santarém), sendo ainda permitida a gravação de voz com uso do celular. O segundo trabalho de campo foi realizado em forma de roda de conversa (grupo focal), com algumas membras da associação, executado no dia 05 de fevereiro de 2019, na casa da tesoureira da associação, no município de Belterra, onde estavam presentes a vice-presidente, a tesoureira e três membras da Amabela.

Também foram feitos registros fotográficos nos dois trabalhos de campo e a utilização do caderno de campo para fazer a descrição dos fenômenos encontrados e observados. Além do mais, houve o registro de informações por meio de conversas informais com membras da Amabela, que surgiram após as entrevistas semiestruturadas realizadas para a coleta de dados, que foram importantes para a compreensão do fenômeno estudado.

Os trabalhos de campo tiveram o intuito de entender melhor acerca da criação do movimento, a trajetória dessas mulheres dentro da associação, os trabalhos desenvolvidos nos quintais, os processos produtivos, a busca pela autonomia e as lutas e resistências frente as produções da monocultura de soja.

A Amabela localiza-se no município de Belterra, no oeste do estado do Pará. O município apresenta uma organização por distritos administrativos, exceto a sede municipal (centro), abrangendo toda a região rural. Cada distrito contém uma vila sede: Aramaná, Maguari, Piquiatuba, Prainha, compreendendo a região do rio Tapajós e São Jorge, São Francisco da Volta Grande e Galileia, abrangendo a região da BR-163. As membras da Amabela estão em todos os distritos do município, e conta com 82 trabalhadoras rurais associadas, que em sua maioria, têm entre 40 e 60 anos de idade.

A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO EM BELTERRA, OESTE DO PARÁ

O avanço e o desenvolvimento da agricultura capitalista, materializado no agronegócio, a partir de 2000, tem promovido novas dinâmicas socioespaciais e socioterritoriais no município de Belterra, oeste paraense. O movimento espacial do capital do agronegócio, ao se expandir sobre terras/territórios dos campos, águas e florestas onde vivem as diversas tipologias de camponesatos, objetiva produzir mercadorias para exportação (*commodities*) de ordem global, legitimando relações conflituosas de negação e de violências nos territórios dos povos amazônicos, as quais atingem, principalmente, as mulheres trabalhadoras rurais.

A geografia de Belterra que envolve a estrada (BR-163/Cuiabá-Santarém) e o rio (Tapajós), onde vivem as populações camponesas, ribeirinhas, indígenas, extrativistas, outrora viveu um período econômico voltado aos mercados internacionais, em que houve a extração do látex (*hévea brasiliensis*), considerado “ouro branco”, por meio do *plantation* da seringa (1930-1945). Construiu-se uma cidade aos moldes norte-americano, comandados pela Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB), no meio a floresta, caracterizando-se como uma cidade-empresa, que durante muito tempo esteve aberta aos mercados internacionais, por meio da exploração gomífera (borracha), a qual entrou em declínio em 1945, obrigando os trabalhadores e as trabalhadoras (camponesato) que trabalham na atividade extrativa da borracha a procurar terras para trabalhar e viver com suas famílias, originando outro perfil de camponesato – o camponesato-agroextrativista (Conceição, 2017).

Atualmente, o movimento econômico de escala-mundo que indica a territorialização do capital na vida cotidiana da classe social camponesa, fundamentada na relação terra-floresta, família-trabalho (Conceição, 2017) é invadido pelo projeto do agronegócio que tende a transformar esses territórios tapajônicos em um complexo global de produção e exportação de *commodities*. Com a chegada de imigrantes “gaúchos do agronegócio” e a territorialização das “fazendas do agronegócio”, a espacialização das *commodities* nas áreas de florestas e nas terras do camponesato cristalizou conflitos e tensões territoriais e materializou estranhamentos em virtude da incorporação de uma nova cultura agrícola externa, que dissemina o discurso de modernização, mas que, na prática, produz ações insustentáveis e agrava a problemática da questão agrária na Amazônia, de Belterra do Tapajós.

A nova territorialidade sulista, gaúcha, patriarcal e da branquitude, territorializa-se sobre os territórios do camponesato que possuem outra forma de uso da natureza, vida, cultura e trabalho, que além de negar modos de vidas existentes no lugar, nega, exclui, invisibiliza, criminaliza e subalterniza a existência de corpos femininos, fundamentalmente no que tange ao trabalho das mulheres camponesas que desenvolvem as práticas agroextrativistas e agroecológicos que garantem a soberania alimentar e a recriação social na terra/território.

A modernização da agricultura, não apenas cientificizou e tecnificou a paisagem no espaço agrário e estabeleceu uma monopolização do território pelo capital globalizado executada pelas corporações do agronegócio (*tradings*), mas legitimou a compra de terras, resultando na expropriação de camponesas e camponeses, concentração fundiária, grilagem de terras, crimes ambientais e na utilização do uso desenfreado de venenos (agrotóxicos e/ou agroquímicos) que são borrifados nas grandes propriedades agrícolas do agronegócio. Essa ação hegemônica capitalista, com o uso elevado de agrotóxicos, tem atingido diretamente as formas de produção e modo de vida do camponesato belterrense, acarretando na maior parte dos casos, na sua expropriação e proletarianização.

O espaço agrário vem passando por mudanças ríspidas nas formas de viver e trabalhar das comunidades das agricultoras e agricultores, onde a natureza, a terra e o território possuem valor de uso existencial para reprodução social, espacial e territorial, e não mero valor de troca, como no agronegócio, em que a produção de *commodities* está voltada para os mercados em larga escala. Nesse sentido, as trabalhadoras camponesas e trabalhadores camponeses, na unidade de organização produtiva, se caracterizam como sujeitos

poliprodutores, pois existe uma diversidade de alimentos produzidos nos quintais e nas roças, aqui destacado pelo trabalho das mulheres camponesas, como uma estratégia de (re)existência frente às forças hegemônicas e dispositivos de dominação masculina, machista e negacionista que são enfrentadas, não somente em casa, mas pelas ações territoriais do agronegócio.

O campesinato é entendido como classe social e modo de vida, pois os diversificados trabalhos desenvolvidos e a renda adquirida contribuem diretamente para o sustento familiar, uma vez que é por meio das relações familiares que o trabalho existente possui uma conexão social com a terra, envolvendo trabalhos produtivos (Moura, 1988a; Shanin, 2005). Na produção camponesa, é o trabalho familiar que garante a subsistência/consumo na unidade organizativa camponesa, estratégia esta que permite a recriação enquanto classe social no interior do modo de produção capitalista.

Segundo Oliveira (2007), ao teorizar a criação e recriação do campesinato e do latifúndio, explana que, mesmo com o aumento do modo de produção capitalista (de forma desigual e combinada), o campesinato consegue ampliar e manter o seu modo de vida. Assim, o campesinato deve ser estudado dentro desse sistema de produção, e não, fora dele.

É neste contexto, no interior do modo de produção capitalista, que surgem movimentos de resistência de agricultoras e agricultores, que resistem a não incorporação nessa lógica do sistema hegemônico agroexportador. Um movimento apenas de mulheres rurais que têm se destacado no enfrentamento a esse sistema de produção é a Associação de Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra – Amabela, criada no dia 16 de maio de 2015, como forma de resistência territorial frente ao agronegócio.

A associação contém 82 Trabalhadoras Rurais cadastradas, que em sua maioria, estão entre 40 e 60 anos de idade. Durante a pesquisa foi constatado que muitas dessas mulheres foram para o município entre a década de 1970 e 1990, período que houve um fluxo migratório acentuado para Belterra, vindos de vários estados do território brasileiro, em busca de terras para trabalhar, produzir e viver.

A Amabela é uma associação de mulheres camponesas que se destaca, não somente na base familiar de produção agroecológica e agroextrativista, mas é um movimento de organização que protagoniza o empoderamento feminino no campo-cidade-água-floresta (Conceição, 2021), que visa combater a cultura machista e paternalista, lutam por respeito e reconhecimento de seus direitos humanos e territoriais e por uma autonomia das formas de viver, trabalhar e produzir frente às formas de opressões hegemônicas incorporadas pelo capital global do agronegócio.

PRODUÇÃO CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE BELTERRA-PA: AMABELA E A AGROECOLOGIA

As mulheres camponesas da Amazônia de Belterra vivem em constante convívio com o meio ambiente (terra-água-floresta), que perpassa desde a infância até alcançar a vida adulta, uma vez que a ideia camponesa de terra é o lugar onde se mora, trabalha, produz e se reproduz (Moura, 1988b). É da terra da natureza que se retira a subsistência e a renda familiar que garantem a reprodução social. A produção é diversificada, poliprodutiva, autônoma e garante a soberania alimentar. Uma parte dessa produção é para o consumo da família camponesa, outra parte da produção é comercializada nos mercados locais ou regionais pelas mulheres da associação.

De acordo com Moura (1988a), no Brasil, as camponesas ocupam também o espaço da roça para trabalhar, bem como, participam do plantio e da colheita, acumulando tarefas como as de casa e dos quintais. Portanto, na Amabela há uma relação muito próxima com os quintais produtivos, uma vez que cada sócia desenvolve diferentes trabalhos que, em sua maioria, são praticados desde a infância. Essas mulheres camponesas da sede

da cidade criam pequenos animais e fazem suas plantações de verduras, legumes e plantas medicinais, enquanto que as mulheres camponesas do rural, além de trabalharem nos seus quintais produtivos, cultivando suas plantações, criando animais de pequeno porte e desenvolvendo práticas extrativistas, trabalham também no roçado com a policultura (Sousa, 2019; 2023).

O trabalho das mulheres camponesas é considerado como autônomo, diversificado e poliprodutivo, qualificado na territorialidade feminina camponesa na Amazônia Oriental. Nascimento Silva (2016), ao pesquisar o modo de vida nos assentamentos, observa que há um uso diferenciado da terra entre homens e mulheres, tendo em vista que as mulheres fazem uso de técnicas menos agressivas ao meio ambiente. As mulheres camponesas utilizam adubos orgânicos e suas produções estão voltadas para plantações de legumes e hortaliças. Entretanto, não significa que o trabalho praticado pelas trabalhadoras rurais não se dá por meio da participação em outros tipos de cultivos e atividades.

Dentre as principais produções desenvolvidas pela Amabela, destaca-se as plantações de hortaliças (Figura 02); mandioca, macaxeira, pimenta do reino, milho, piquiá, cumaru, jatobá, açaí, cupuaçu, murici, graviola, acerola, dentre outros frutos, no objetivo de fazer sucos, doces, licores e outras especialidades para vendas. Na criação de animais (Figura 03) para o consumo familiar e comercialização, destacam-se a galinha caipira, pinto, patos, porcos, bois, vacas, criação de abelhas para a retirada do mel, dentre outros. No extrativismo, há a atividade de pesca que serve exclusivamente para o consumo familiar.

Essa produção diversificada dos trabalhos desenvolvidos pelas agricultoras nas propriedades camponesas e a renda oriunda da comercialização dos seus produtos contribuem efetivamente para o sustento familiar. Além disso, conforme afirmou uma das entrevistadas, o trabalho na família se dá de forma coletiva, todos participam da produção, reforçando a tese de Moura (1988a) que a tríade que qualifica a classe social camponesa é a terra, a família e o trabalho. Neste sentido, as camponesas e os camponeses são entendidos por meio das relações familiares, onde há um trabalho com conexão social com a terra, no objetivo de garantir o sustento dessa classe social (Moura, 1988a; Shanin, 2005).

FIGURA 2

Cultivo de hortaliças para o consumo familiar e/ou venda



Fonte: Sousa, 2019

FIGURA 3

Criação de pequenos animais em um dos quintais para o consumo familiar e/ou vendas. Na imagem verifica-se uma diversidade, galinhas, patos e abelhas nas casinhas



Fonte: Sousa, 2019

Uma das agricultoras afirma que, em relação à apicultura, para que as abelhas não se deslocassem para as plantações de soja, as agricultoras tiveram que fazer cultivo de flores, pois há relatos de uma das associadas que desapareceram todas as suas abelhas por conta do uso de agrotóxicos próximos as suas produções. Segundo Santos (2018), os desafios enfrentado pelas mulheres camponesas dessa região, ao fazerem o uso dos espaços produtivos, são muitos. Principalmente no que concerne à produção orgânica e agroecológica, uma vez que próximo às propriedades camponesas há monocultivos de soja que utilizam agrotóxicos, e as pragas dessas produções vão para os cultivos das camponesas, ocasionando sérios prejuízos de cunho social e ambiental, impossibilitando-as de produzir alimentos saudáveis e com qualidade através do adubo foliar, como fertilizante natural^[3].

Essas mulheres camponesas da Amabela, ao apontarem que o elevado uso de agrotóxicos pela agricultura capitalista do agronegócio tem prejudicado as suas respectivas produções e promovido a subjugação, exclusão e a invisibilização do trabalho feminino em Belterra, cristaliza as relações de conflitualidades que prejudicam, não somente a produção de alimentos e comidas saudáveis, mas implicam no aparecimento de problemas na saúde humana da população belterrense.

Desta maneira, as mulheres do campo, das águas e das florestas convivem com duas facetas de violências em decorrência do modelo de produção capitalista neoliberal: a mudança de uma produção agrícola camponesa, poliprodutiva e de subsistência para a monocultura, e, como consequência, a outra forma de violência pelo o uso de agrotóxicos que agridem as plantações, o solo, os rios, o ar e os seres que nele habitam (Pulga, 2018; Lorenzoni, 2007).

Contraditoriamente ao modo de produção capitalista materializado no agronegócio, as estratégias de resistências do campesinato belterrense protagonizado na luta das mulheres camponesas da Amabela, manifestam-se como forma de manter os modos de vida vivificados, fortalecidos e em movimento por meio da territorialização camponesa na Amazônia.

De fato, a produção verticalizada e em larga escala de *commodities* (soja e milho) não tem alimentado a população local, mas sim, produzido mercadorias para atender as demandas de uma economia exógena, cuja ordem é global, transformando a Amazônia em uma fronteira de expansão do capital. Antagonicamente, essa racionalidade capitalista arraigada no discurso da “modernização do território”, dissemina sua lógica desigual e combinada, dificultando a produção e reprodução do campesinato.

A luta das mulheres camponesas da Amazônia belterrense vai de desencontro com esse modelo insustentável que tem prejudicado o meio ambiente, a qualidade de vida e a saúde dos moradores locais. Nesse sentido, o adubo foliar utilizado na agricultura camponesa pela Amabela tem demonstrado que é possível sim plantar sem usar componentes químicos e ter uma produção agroecológica significativa e viável para a qualidade de vida da população e do ambiente.

Segundo Barros (2018), os quintais agroecológicos das mulheres camponesas destacam o quão é importante o fortalecimento da existência desses quintais produtivos, pois qualifica como uma estratégia de organização das mulheres que trabalham com a agricultura camponesa no enfrentamento à agricultura capitalista. Assim, a classe social do campesinato objetiva que a agricultura camponesa propicie à população do campo e da cidade uma alimentação saudável e diversificada.

A renda das mulheres camponesas da Amabela é extraída das vendas dos seus produtos nos próprios locais em que vivem e nas feiras realizadas pelas agriculturas. Os espaços das feiras não são dentro de Belterra, mas sim, em Santarém. Uma ocorre na Unidade Amazônia da Ufopa^[4] e a outra no Terminal Rodoviário de Alter do Chão, distrito e balneário de Santarém. Boa parte daquilo que é produzido pelas trabalhadoras da Amabela é levado para ser vendido nas feiras livres, onde o produto é comercializado e retorna em forma de renda familiar.

As produções das agricultoras atendem uma escala local e regional, pois estas mulheres trabalham coletivamente com suas famílias e com a associação, vendendo nas suas residências e também no município de Santarém. As vendas acontecem em grupo, a retirada é individual, tendo em vista que os produtos são desenvolvidos por cada família, mas se a própria pessoa não puder vender, as demais ajudam com a venda, trabalhando coletivamente.

Muitas são as produções comercializadas pela Amabela, nas quais se destacam: farinha, tucupi, tapioca, pães, óleos, bolos (macaxeira, milho, dentre outros), tortas (batata doce com legumes), doces das frutas colhidas nos seus quintais, trufas de cupulate (feito de cupuaçu), licores (jambu, açaí, cupuaçu), café de açaí^[5], galinha caipira, verduras, artesanato (crochê, bolsas, tapetes, etc.), dentre outros produtos.

A desvalorização do trabalho do campesinato e, principalmente, das mulheres camponesas, é evidente no município de Belterra, tendo em vista que não há um espaço no município destinado à comercialização dos produtos da Amabela. Como o governo municipal negligencia o trabalho das mulheres camponesas, por meio da não mobilização e interesse em possibilitar um espaço para a comercialização de produtos oriundos da produção familiar camponesa, essas mulheres trabalhadoras associadas, como uma forma de contribuir na renda familiar, tem a comercialização de boa parte de sua produção em suas residências, quando recebem encomendas de pessoas interessadas na aquisição do produto, ou quando tem festivais no município.

Em entrevista, uma das camponesas evidenciou que o grande entrave para não ter esse espaço é por conta da ausência de apoio do governo municipal, relatando que a associação procurou o prefeito da época e ele disse que Belterra não tinha população para comprar em feiras. Além disso, há narrativas de que, dentro do município, as mulheres não fazem nada, não produzem nada, o que causa uma grande revolta nas mulheres membras da Amabela, uma vez que esses discursos machistas e sexistas oculta, nega, subjuga e desvaloriza o trabalho feminino. De acordo com os apontamentos da realidade vivida e experienciada pelas trabalhadoras da Amabela, as produções comercializadas por meio do projeto desenvolvido pela Ufopa tem contribuído significativamente para o sustento da família de cada associada.

Além dos trabalhos desenvolvidos na agricultura (roçados), nos quintais agroecológicos e com as vendas de seus produtos por meio da associação, também se desenvolvem as ações de conscientização e sensibilização para que a população local não use o agrotóxico nas plantações e não venda as suas terras para o agronegócio, uma alternativa que visa promover a reprodução social camponesa na terra e no território.

À medida em que o agronegócio avança no município, o território do campesinato é ameaçado, pressionado e coagido. Essa desvalorização do campesinato tem ocasionado revolta nas agricultoras da Amabela, pois as relações engendradas pelo agronegócio produzem e reproduzem o negacionismo e o machismo presentes na região, haja vista que, a Amabela é um movimento só de mulheres. De acordo com Jalil (2009) a tecnificação do trabalho contribui com a permanência do patriarcado, pois o exercício do trabalho se dá de maneira capitalista e patriarcal, onde se acentua a divisão sexual do trabalho, o qual é destinado somente para os homens.

A tecnificação no espaço agrário tem sido cada vez mais evidente no município de Belterra, com a presença do agronegócio sojeiro, de onde as mudanças nas relações no mundo do trabalho têm visado a produção de mercadorias (*commodities*) em larga, escala e não uma produção de alimentos saudáveis para a população. Além do mais, as políticas públicas são formuladas em detrimento do agronegócio, e não estão chegando para a classe social camponesa. De fato, as políticas públicas não devem ser organizadas a partir da lógica do agronegócio, mas estas políticas devem atender as demandas e a necessidade da classe social camponesa (Conceição, 2017).

A única forma de resistência encontrada pelas agricultoras frente a esse monocultivo no município de Belterra é com o uso da agroecologia, mostrando a capacidade de se produzir alimentos saudáveis, e também a conscientização para o não uso de agrotóxicos. Além disso, participam de debates e fóruns em que são convidadas nos municípios de Santarém e Mojuí dos Campos, levando as suas demandas e as demandas da população até o Ministério Público, para que esse órgão possa interferir de alguma maneira acerca desse uso desenfreado de venenos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres trabalhadoras rurais, de forma organizada, por meio do associativismo, estão em busca de seus direitos territoriais, políticos, reprodutivos, educacionais, econômicos, dentre outros, o que dá suporte para que consigam se territorializar em espaços que antes não cabia a elas, através dos movimentos de mulheres camponesas.

A partir do avanço do agronegócio, desde a década de 1990, no município de Belterra ocorre a expropriação do campesinato belterrense, prejudicando o modo de vida das camponesas e camponeses que vivem uma relação com a terra, água e floresta. É nesta relação dialética que a Amabela nasce como uma associação estratégica e uma forma de resistência frente a esse modelo econômico, demonstrando que existem outras estratégias de reprodução social, da vida e de trabalho protagonizados por essas mulheres, contribuindo com a renda/subsistência da família.

Mesmo a criação da Amabela sendo recente, a luta por territórios é bastante visível, pois, com a criação da associação, conseguiram ter mais visibilidade dentro do próprio município. Enfrentam dificuldades diariamente, que mesmo ocorrendo a desvalorização e a invisibilidade do trabalho feminino, possuem consciência de que são mulheres e encaram contextos, pensamentos e batalhas cotidianamente. (Re)existem a esses embates de cabeça erguida, lutando e resistindo ao machismo, sexismo e patriarcado vinculados ao capitalismo, pois o capitalismo se retroalimenta do trabalho invisível para legitimar ainda mais o controle e a exploração de corpos femininos.

As mulheres camponesas vivem em constantes conflitualidades contra a territorialização do capital instalada na região, onde as formas de lutas e resistências ocorrem através da concretização da agroecologia, da conscientização da população, bem como, de reuniões decisivas dentro do município e região. Além disso, fazem o uso de fertilizantes naturais produzidos por elas mesmas, como o adubo foliar, visando proteger suas plantações contra pragas, que na maior parte dos casos, vem de plantações da monocultura de soja, que usa elevados defensivos químicos.

Neste sentido, há a necessidade de formulação de políticas públicas para as mulheres camponesas, para que se possa ter a valorização do campesinato da Amazônia belterrense. É necessário se destinar um espaço físico, tanto para reuniões, quanto para as vendas dos produtos da Amabela em feiras. Percebe-se que há uma marginalização dessa classe social pelo governo municipal e pelos agentes ligados ao agronegócio, sendo mais valorizado o agronegócio sojeiro que produz *commodities* que não é do lugar, do que a agricultura camponesa que produz alimentos e que vive e trabalha no lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Eliane Aparecida de Almeida. Mulheres camponesas e seus quintais agroecológicos: diálogo de saberes em defesa da vida, 2018, 111f. *Dissertação* (Mestrado) – Universidade Estadual de Estudos da Linguagem, Campinas, 2018.
- CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades nova esperança e nova aliança no município de Belterra/Pará. 2017, 225f. *Dissertação* (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia PPGG. Universidade Federal de Rondônia-UNIR, Porto Velho, 2017.
- CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. Amazônia do Tapajós em conflito: agronegócio e povos amazônicos nos territórios das Terras-Águas-Florestas (TAFS). In: CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar; COSTA SILVA, Ricardo Gilson da; SILVA, Josué da Costa. *Amazônia: emoções, vivências e resistências*. – Porto Velho, RO: Coleção Pós-Graduação da UNIR - EDUFRO, 2021. 275 p.
- CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. Territórios AgriHidroFlorestais em disputas nas Amazônias do oeste do Pará: (re)existências dos povos amazônicos das Terras-Águas-Florestas e a invasão do agronegócio. *Tese* (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG). Núcleo de Ciências Exatas e da Terra (NCET). Fundação Universidade Federal de Rondônia, - Porto Velho/Ro, 2023, 318 f.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade em questão. In: HAESBAERT, R. (Org.). *Viver no limite: território/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Bertrand Brasil, 1ª edição. Rio de Janeiro, 2014.
- JALIL, Laetícia. Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. 2009, 197 f. *Dissertação* (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009a.
- LORENZONI, Carmen. Violência nas relações de gênero e classe: uma interpretação a partir das mulheres camponesas do Rio Grande do Sul. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, edição especial, p. 82-89, fev/2007 – ISSN 1980-8518. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18218/9469>>
- MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. Ática S. A., 2ª edição. Série Princípios. São Paulo, 1988a.
- MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988b.
- NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças. Reflexos das políticas públicas desenvolvidas e o empoderamento de mulheres em assentamentos rurais, 2016. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária*. São Luiz, 2016.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de produção capitalista, agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- PAULA, Larissa Coutinho de. A Bela flor do/no campo: por uma geografia de gênero e (r)existência em assentamentos rurais do interior de São Paulo. 2020. 378f. *Tese* (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2020.
- PULGA, Vanderléia Laodete. A produção de saúde e adoecimento das mulheres camponesas no Brasil. In: PULGA, Vanderléia Laodete... [et al.] (Orgs.). *Mulheres camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia*. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018.
- RÊGO, Erica Souza; SILVA, Deyse Cristina Coelho da. Desenvolvimento de empreendimentos coletivos com ênfase nos valores da economia solidária, 2018, Santarém. *Anais da Jornada Acadêmica da Ufopa*– Universidade Federal do Oeste do Pará – Santarém-PA, 2018. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/proen/eventos-3/jornada-academica-2/anais-da-jornada-1/>>; Acesso em: 17 abr. 2019.
- SANTOS, Ádria Oliveira dos. Cultivando política pública, colhendo autonomia: uma análise da participação das mulheres agricultoras da região metropolitana de Santarém -PA no Programa Aquisição de Alimentos – PAA.

2018, 141 f. *Dissertação* (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade. Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2018.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: Conceituações e desconceituações – O velho e o novo em uma discussão Marxista. *Revista Nera*. Ano 8, n.7 julho/dezembro de 2005.

SOUSA, Milena Sanche de. A Associação de Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra–Amabela: uma análise das práticas espaciais e resistências territoriais das mulheres camponesas, no município de Belterra-PA. 2019, 96f, *Trabalho de Conclusão de Curso* (Graduação), Instituto de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura em Geografia. Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

SOUSA, Milena Sanche de. Associativismo e (r)existências territoriais de mulheres trabalhadoras rurais no município de Belterra-Pa. *Dissertação* (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG). Fundação Universidade Federal de Rondônia. – Porto Velho, 2023, 159f.

NOTAS

- [1] Amabela é fantasia, tendo em vista que as membras achavam que iria ficar uma sigla muito grande Associação de Trabalhadoras Rurais do Município Belterra. Após discutir acerca do nome, resolveram colocar Amabela, pensando em “A” de autonomia, M de mulher, “AMA” de amor e “BELA” de beleza e de Belterra.
- [2] Existe uma variedade de produções desses camponeses destinada para o autoconsumo e também para a comercialização.
- [3] É um fertilizante natural feito pelas camponesas de forma caseira e utilizado de forma sustentável.
- [4] A feira que ocorre na Ufopa, faz parte do Projeto Incubadora Solidária (IES) do Instituto de Ciências da (Rêgo; . Sociedade da Ufopa, um projeto de extensão atua desde 2013, com o objetivo de incentivar empreendimentos Silva, econômicos solidários, sobretudo, de bases não capitalistas 2018)
- [5] O café de açai e o cupulate são ideias das próprias associadas e tem feito tanto sucesso que as levou até para eventos em outros estados para ser apresentados em nome da associação. Os licores foram aprendidos através de cursos.



Disponível em:

/articulo.oa?id=27449352744935008

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe,
Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no
âmbito da iniciativa acesso aberto

Milena Sanche de Sousa, Francilene Sales da Conceição,
Maria das Graças Silva Nascimento Silva

**Geografia, Gênero e Trabalho: A luta das Mulheres
Camponesas da Amabela frente ao agronegócio sojeiro na
Amazônia Oriental**

Geografía, Género y Trabajo: La lucha de las Mujeres
Campesinas de Amabela contra el agronegocio de la soja en
la Amazonía Oriental

Revista Presença Geográfica

vol. 11, núm. 2, 2024

Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil

rpgeo@unir.br

/ ISSN-E: 2446-6646